



PROJETO DE LEI Nº __, de 2023.

(Do Sr. Marcos Tavares)

Confere aos advogados com inscrição ativa na OAB – Ordem dos Advogados do Brasil, o direito à aquisição e porte de arma de fogo para defesa pessoal, em todo território nacional, alterando dispositivos da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB) e da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O art. 7º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.

7º
.....

XXII - adquirir e portar armas de fogo para defesa pessoal, em todo território nacional.” (NR)

Art. 2º O art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XII:

“Art.

6º
.....





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES

XII – os advogados com inscrição ativa na OAB - Ordem dos Advogados do Brasil.” (NR)

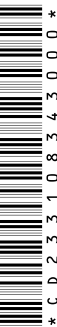
Art. 3º - Esta Lei entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 2023.

MARCOS TAVARES
Deputado Federal
PDT-RJ

Apresentação: 29/06/2023 18:34:23.587 - MESA

PL n.3307/2023





JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei, tem o objetivo incluir dentre os direitos dos advogados, o porte de arma de fogo para defesa pessoal, uma vez preenchidos os requisitos legais pertinentes

O Estatuto da Advocacia, em seu art. 6º, determina que “não há hierarquia nem subordinação entre advogados, magistrados e membros do Ministério Público, devendo todos tratar-se com consideração e respeito recíprocos”, ou seja: Advogados, Juízes e Promotores devem ser tratados com equidade.

No entanto, Juízes e Promotores possuem o direito ao porte de arma de defesa pessoal exposto em suas Leis Orgânicas e neste ponto a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB) é omissa e deve ser corrigida, vez que a necessidade resguardar a integridade pessoa de todos é comum, haja vista o constante conflito de interesses em que Advogados, Juízes e Promotores, estão envolvidos em um processo judicial.

Infelizmente, os riscos à segurança pessoal do advogado, advém dos descontentamentos da parte contrária do processo, são incontáveis os casos de advogados que já sofreram ameaças à sua pessoa e família no exercício de seu mister, não sendo raros os casos de homicídio vinculados à atividade profissional.

É de conhecimento público que assim como os Juízes e Promotores, os advogados também exercem atividades de que expõem sua vida e integridade física, mas são os únicos que não possuem autorização legal para portar arma de fogo para sua defesa pessoal e repelir injusta agressão.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares pela aprovação deste Projeto de Lei, garantindo aos Advogados o porte de arma de fogo para defesa pessoal, em respeito ao Princípio Constitucional da Igualdade e em respeito à isonomia prevista no art. 6º da Lei nº 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB).

Sala das Sessões, 28 de junho de 2023.

MARCOS TAVARES
Deputado Federal
PDT-RJ

Apresentação: 29/06/2023 18:34:23.587 - MESA

PL n.3307/2023

